

Iniciativa ainda desperta curiosidade

Adib Jatene e José da Silva Guedes apenas observam, com atenção, o desdobramento do plano

As mudanças na Secretaria Municipal de Saúde despertam a curiosidade de especialistas em todo o País. Afinal, elas envolvem uma população que é do mesmo tamanho que a da Bélgica, e um orçamento volumoso, no valor de R\$ 650 milhões por ano. Mais do que isso, elas podem ter influências sobre as redes estadual e federal de assistência médica. Tanto o ministro Adib Jatene quanto o secretário estadual de Saúde, José da Silva Guedes, observam atentamente o que está ocorrendo.

Jatene ainda não quis falar detalhadamente sobre o assunto. Mas, na semana passada, numa visita a São

Paulo, afirmou que tem esperanças. "Torço para que dê certo", disse o cirurgião, que já foi secretário de Maluf, quando ele era governador do Estado, entre 1979 e 1982. Ele também disse que conversou com o secretário municipal de Saúde, Getúlio Hanaishi, tendo recebido garantias de que o PAS não agide o Sistema Único de Saúde, estabelecido por princípio constitucional e que diz ser obrigação

das prefeituras cuidar da saúde dos cidadãos, com recursos próprios, do Estado e da União. "O que a prefeitura procura é um sistema de gerenciamento eficaz", completou Jatene.

Guedes não mostrou simpatias pelo plano, mas também não fez ata-

ques diretos. Disse preocupar-se com o fato de se estar transferindo uma entidade pública para o controle de uma cooperativa com fins lucrativos. "Não me preocuparia se os acordos fossem feitos com entidades filantrópicas ou universidades".

Para Guedes, as leis federais que regulam o sistema de saúde não impedem os governos municipais de trabalharem com instituições privadas. "Mas deve ha-

ver um equilíbrio no sistema, para que elas não predominem."

De maneira geral, até agora o PAS recebeu mais críticas que elogios. A especialista Sueli Dallari, professora de direito sanitário na Universidade de São Paulo, disse que o plano nem

merece análises muito detalhadas porque, antes de tudo, atropela a Constituição. "Ele ignora os princípios do atendimento universal, é inconstitucional e ainda procura transferir para terceiros funções que competem, exclusivamente, à Prefeitura", disse. "O prefeito pode ter idéias maravilhosas para resolver os problemas dos cidadãos, mas não deve ignorar as leis."

Outro especialista, o médico Nelson Proença, ex-presidente da Associação Médica Brasileira e atualmente vereador de São Paulo (PSDB), disse que o prefeito abre brechas para a privatização da saúde. Lembrou que os médicos que estão formando cooperativas não têm experiência na área administrativa e irão recorrer a empresas privadas, para a área de gerenciamento e consultoria. "Logo o serviço passará às mãos dessas empresas", opina.

PLANO
RECEBEU MAIS
CRÍTICAS QUE
ELOGIOS